



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

**AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2002.04.01.034368-1/PR**

**RELATOR** : **DES. FEDERAL WELLINGTON M DE ALMEIDA**  
**AGRAVANTE** : **LUIZ CARLOS FATIMA DA SILVA e outros**  
**ADVOGADO** : **Paulo Roberto Gomes**  
**AGRAVADO** : **UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)**  
**ADVOGADO** : **Dolizete Fátima Michelin**

**RELATÓRIO**

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que fixou honorários advocatícios de 5% sobre o valor da causa no despacho inicial em execução de título judicial.

Os agravantes pretendem a majoração da verba honorária arbitrada, uma vez que a mesma é cabível em execução de título judicial originário de Ação Civil Pública. Pleiteiam, ainda, o reembolso das despesas havidas para a obtenção das certidões de propriedade do veículo.

A agravada apresentou resposta à fl. 16.

É o relatório.

Peço dia.

**Des. Federal WELLINGTON MENDES DE ALMEIDA**  
**Relator**





**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

**AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2002.04.01.034368-1/PR**

**RELATOR : DES. FEDERAL WELLINGTON M DE ALMEIDA**  
**AGRAVANTE : LUIZ CARLOS FATIMA DA SILVA e outros**  
**ADVOGADO : Paulo Roberto Gomes**  
**AGRAVADO : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)**  
**ADVOGADO : Dolizete Fátima Michelin**

**VOTO**

Merece parcial reforma o ‘decisum’.

Inicialmente, cabe ressaltar que, no tocante à fixação de honorários advocatícios em execução por título judicial contra a Fazenda Pública, entendo não ser cabível tal arbitramento em favor do exeqüente, uma vez não opostos embargos. A recente alteração introduzida pelo art. 4º da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24.08.2001, reafirma este entendimento, visto que a Fazenda Pública não dispõe da faculdade de pagar imediatamente o débito.

Entretanto, no presente caso, trata-se de execução individual em Ação Civil Pública, o que força o exeqüente a contratar um procurador de forma a haver seus direitos. Destarte, sendo o advogado indispensável à administração da justiça, segundo o art. 133 da Constituição Federal, não seria correto que o magistrado se furtasse a fixar honorários àquele que apesar de não ter participado da ação de conhecimento, assumiu a tarefa de executar o julgado.

Esta Corte já se manifestou a respeito:

*“AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. EXECUÇÃO.*

*1. Ainda que coletivo o provimento na Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público, a execução é individualizada e, face à necessidade do segurado constituir advogado para a causa, justificada a fixação de honorários advocatícios em execução de sentença, processo em que, ademais, entende a Superior Instância ser sempre devida a rubrica.” (AG 20000401014360-9/PR, Rel. Juíza Virgínia Scheibe, DJU 11.10.2000)*

*“AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL. EXEQÜENTE QUE NÃO É PARTE NA AÇÃO DE CONHECIMENTO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO.*

*1. Tratando-se de Ação Civil Pública, não participando o exeqüente da ação cognitiva, é de fixar-se honorários advocatícios na execução, ante a necessidade de contratar advogado para o efeito de executar o julgado.*

*2. Precedente desta Turma.*

*3. Agravo de instrumento improvido.”*





**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

(AI nº 2000.04.01.118640-9/PR, DJU 28.02.2001, Rel. Juiz José Luiz Borges Germano da Silva)

A verba honorária deve ser fixada em 10% sobre o valor da execução, conforme o entendimento da Primeira Seção desta Corte.

No que tange ao reembolso das despesas havidas para a obtenção das certidões de propriedade do veículo, entendo ser incabível o pedido.

Como bem referiu o Juízo 'a quo' tais despesas são ônus dos exeqüentes, não se inserindo no conceito de 'custas processuais', as quais são passíveis de restituição.

Ante o exposto, voto no sentido de dar parcial provimento ao agravo de instrumento para fixar a verba honorária em 10% sobre o valor da execução.

**Des. Federal WELLINGTON MENDES DE ALMEIDA**  
**Relator**





**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

**AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2002.04.01.034368-1/PR**

**RELATOR : DES. FEDERAL WELLINGTON M DE ALMEIDA**  
**AGRAVANTE : LUIZ CARLOS FATIMA DA SILVA e outros**  
**ADVOGADO : Paulo Roberto Gomes**  
**AGRAVADO : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)**  
**ADVOGADO : Dolizete Fátima Michelin**

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL.  
HONORÁRIOS. CABIMENTO.

Tratando-se de execução individual em Ação Civil Pública, na qual o exeqüente para haver seus direitos é forçado contratar um procurador, é legítima a fixação de honorários advocatícios.

**ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos entre as partes acima indicadas, decide a Primeira Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, por maioria, dar parcial provimento ao agravo de instrumento, nos termos do relatório, voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Porto Alegre, 12 de setembro de 2002.

**Des. Federal WELLINGTON MENDES DE ALMEIDA**  
**Relator**

